

RESUMO SIMPLES - CIÊNCIAS JURÍDICAS

FICHA LIMPA EM FOCO: IMPACTOS, CONTROVÉRSIAS E DESAFIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2010 NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Miguel Antonio Guerso De Souza (miguelguersosouza@gmail.com)

Marcella Cavalcante (marcellamscavalcante@gmail.com)

Vagner Bertoli (vagnerbertoli@uol.com.br)

O presente estudo trata da Lei Complementar nº 135/2010, conhecida como Lei da ficha limpa, aprovada por projeto de lei de iniciativa popular, alterando substancialmente a Lei Complementar nº 64/1990, ampliando os critérios de inelegibilidade e prazos, com fundamento no art. 14, §9º, da Constituição Federal de 1988, em resposta a movimento de mobilização social voltado à moralização da política e ao fortalecimento da probidade administrativa no exercício de mandatos eletivos, ampliando hipóteses de inelegibilidade e estabelecendo prazos rigorosos para o afastamento de candidatos cuja vida pregressa revelasse condutas incompatíveis com a ética e moralidade exigidas para o exercício da representação popular. O Supremo Tribunal Federal, nas ADCs 29 e 30 e na ADI 4578, declarou a constitucionalidade da norma, reconhecendo sua aplicação imediata às eleições subsequentes à publicação. O estudo adotou abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, além de obras de Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, bem como jurisprudências do STF e TSE. Conclui-se que esta norma representa marco no controle de elegibilidade no Brasil, sendo fruto de mobilização popular e de previsão constitucional expressa. Apesar de avanços,

enfrenta desafios práticos decorrentes de decisões judiciais e da tensão entre efetividade normativa e garantias individuais. Sua consolidação requer aperfeiçoamento legislativo e manutenção da vigilância social.

Palavras-chave: palavras-chave: direitos políticos; eleições; inelegibilidade.